



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2163***

*de 28 de outubro de 2025*

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

*JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de  
Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a  
Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:*

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, órgão permanente e autônomo com a finalidade de promover em âmbito municipal,

políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena

participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do município.

**Parágrafo único:** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 8 (oito) membros, sendo de composição paritária indicados pelo executivo e pela sociedade civil, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um período.

**Art. 2º**- A composição do Conselho se dará pela indicação do Sr. Prefeito Municipal de 04 (quatro) integrantes e com a indicação pela sociedade de outros 04 (quatro) integrantes.

**Parágrafo Único:** Para cada membro do Conselho será indicado também um suplente.

**Art. 3º** - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

I - Formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher;

II - Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;

III - assessorar o Poder Executivo na elaboração de Políticas de Saúde para a maternidade e infância, a prevenção do câncer ginecológico e doenças sexualmente transmissíveis.

IV - assessorar o Poder Executivo na elaboração de política de educação sexual e controle da natalidade;

V- Receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas.

VI- convocar anualmente ou extraordinariamente a Conferência Municipal de Políticas Públicas a Mulher, com a finalidade de avaliar,

*aperfeiçoar e definir as prioridades a serem propostas ao Executivo municipal, quanto às ações de interesse da mulher;*

*VII - valorizar e incentivar a participação da mulher na vida social, facilitando a sua integração nas entidades da sociedade civil e coibindo as discriminações de que tiver conhecimento;*

*VIII- acompanhar a execução orçamentária no tocante aos programas sugeridos;*

*IX - incentivar a formação de comitês descentralizados nos bairros/ou comunidades e nos demais aglomerados que fazem parte do Município;*

*X - propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a diagnosticar as condições do trabalho da mulher no campo, indicando propostas para soluções dos problemas encontrados;*

*XI- Divulgar pelos meios disponíveis os objetivos desta lei e as suas propostas;*

*XII - Regular complementarmente as normas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;*

*XIII - Manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;*

*XIV - Dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a partir da instalação da primeira composição;*

*XV - elaborar seu regimento interno.*

*Art. 4º - Todas as resoluções do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, externadas na forma usual de publicação dos atos da municipalidade.*

*Art. 5º - O Conselho será gerido da seguinte forma:*

*a) Presidente;*

*b) Vice-Presidente;*

*c) Secretário;*

*e) Plenário.*

**§ 1º** - *Na primeira reunião após a posse, o Conselho elegerá seu órgão*

*gestor e respectivos suplentes, que serão imediatamente empossados.*

**§ 2º** - *Os demais membros não participantes do Conselho Gestor comporão o Plenário.*

**Art. 6º** - *Após empossado o Conselho e eleito seu órgão gestor, apresentará proposta de Regimento Interno num prazo de 60 (sessenta) dias.*

**Art.7º** - *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.*

*Registra-se e Publica-se*

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**

*Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 2163/2025 - 28 de outubro de 2025*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*